

DATA DA REUNIÃO: VINTE E OITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

PRESIDIU: O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO PS PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO PPD/PSD.CDS PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP - PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----



VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E DOZE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE HORAS E CINQUENTA E QUATRO MINUTOS.-----



SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, DIANA PAULA FERREIRA SALGADO.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.CDS-PP foram solicitados os seguintes esclarecimentos no que se refere à contestação da população quanto à intervenção na Praça Conde S. Bento:-----

- Qual a posição da câmara municipal face aos apelos da população;-----
- Para quando o início da obra.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foram prestados os seguintes esclarecimentos:-----

- Que está prevista a intervenção em duas praças da cidade de Santo Tirso, Praça Conde S. Bento e Largo Coronel Batista Coelho para as quais apenas existe um estudo prévio e não um projeto definitivo.-----

- Que as questões levantadas pela população serão ponderadas face ao interesse público.
- Que o lançamento do concurso para a Praça Conde S. Bento está previsto para o segundo semestre de dois mil e dezoito.-----

Reunião : ORDINÁRIA

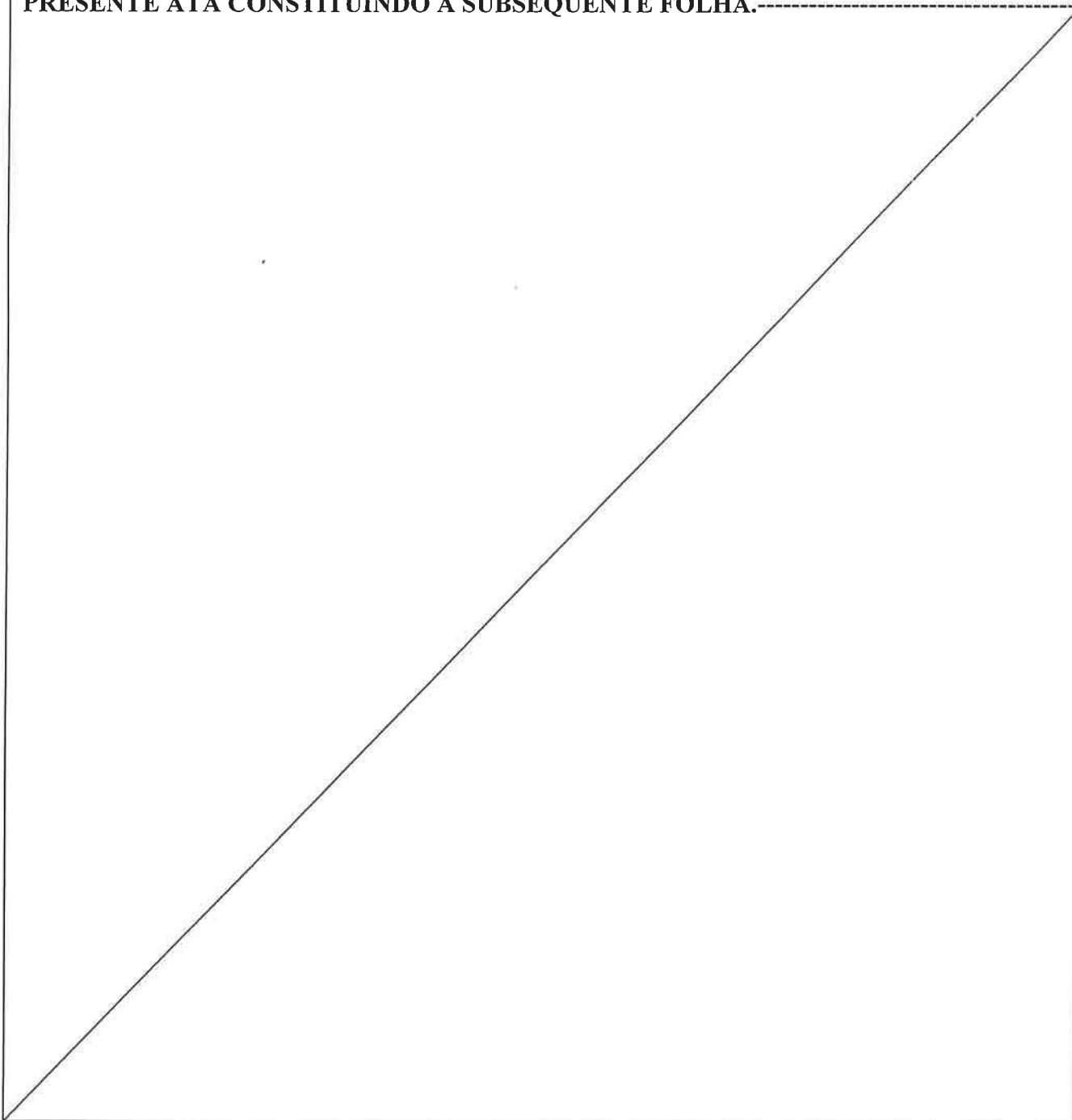


Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 25 Fl. 3
28 de dezembro de 2017

Two handwritten signatures in blue ink, one appearing to be a stylized 'A' and the other a more complex cursive signature.

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28/DEZEMBRO/2017 – ATA Nº 25

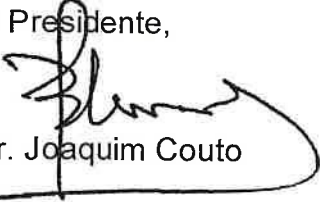
Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da reunião extraordinária realizada no dia 07/12/2017
- 2 – Aprovação da ata da reunião ordinária de 14/12/2017
- 3 – Minuta da ata da sessão ordinária da assembleia municipal de 14/12/2017:
Conhecimento
- 4 – Tolerância de ponto aos trabalhadores no dia 26/12/2017: Ratificação de despacho do presidente
- 5 – Tarifário do serviço de abastecimento de água para 2018: Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 6 – Proposta de celebração de contrato de subconcessão de uso privativo do edifício e terrenos da estação ferroviária de Santo Tirso, a celebrar entre o município de Santo Tirso e a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A.
- 7 – Proposta de celebração de contrato de subconcessão de uso privativo do edifício de passageiros, parque de estacionamento e terrenos contíguos à estação ferroviária de Vila das Aves, a celebrar entre o município de Santo Tirso e a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A.
- 8 – Requerimento de Paula Maria Sampaio de Castro: Pedido de adjudicação do direito de ocupação da loja nº 21 da Central de Camionagem

Santo Tirso, 21 de dezembro de 2017

O Presidente,


Dr. Joaquim Couto




1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 07/12/2017.-----

Presente a ata da reunião extraordinária realizada no dia sete do corrente mês de dezembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com oito votos a favor.-----



2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14/12/2017.-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia catorze do corrente mês de dezembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com oito votos a favor.-----

**3. MINUTA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 14/12/2017: CONHECIMENTO-----**

Presente a minuta da ata da sessão ordinária da assembleia municipal, de catorze do corrente mês de dezembro, na qual foi aprovado o seguinte:-----

- Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do município para o ano de 2018;-----

- Reconhecimento de que as infraestruturas descritas na lista anexa à deliberação da câmara municipal de sete do corrente mês de dezembro (item dois da respetiva ata), aptas ao alojamento de redes de telecomunicações, estão integradas no domínio público municipal, cabendo ao município a sua gestão;-----

- Aceitação da partilha do ativo restante da PRIMUS, EMT, S.A;-----

A câmara municipal tomou conhecimento.-----

**4. TOLERÂNCIA DE PONTO AOS TRABALHADORES NO DIA 26/12/2017:
RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----**

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de catorze do corrente mês de dezembro, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante constituindo a subsequente folha, que concedeu tolerância de ponto aos trabalhadores no dia vinte e seis do corrente mês de dezembro.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade ratificar o aludido despacho.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

9

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, decido, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do nº 2 do artigo 35º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais, conceder tolerância de ponto a todos os trabalhadores da câmara municipal de Santo Tirso no próximo dia 26 de dezembro de 2017.

Divulgue-se pelos serviços e agende-se para ratificação em reunião do executivo camarário.

Santo Tirso, 14 de dezembro de 2017

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto

**5. TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA 2018:
RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.**-----

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de dezanove do corrente mês de dezembro, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes catorze folhas, que aprovou a minuta de Protocolo a celebrar entre os municípios de Santo Tirso e da Trofa e a sociedade INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A., concessionária do serviço público municipal de abastecimento de água nos concelhos de Santo Tirso e da Trofa, que tem por objeto definir as regras da comparticipação dos municípios concedentes da faturação de consumos a efetuar a partir do dia 1 de janeiro de 2018, das tarifas variáveis relativas ao fornecimento de água, nas percentagens estabelecidas nas cláusulas terceira e quarta da referida minuta de Protocolo, com a fundamentação constante dos respetivos considerandos.-----

O mesmo despacho aprovou o tarifário a aplicar no ano de dois mil e dezoito, pelo serviço de abastecimento de água, em conformidade com o aludido Protocolo, o qual constitui o anexo II daquele despacho e consta de folhas vinte e oito da presente ata.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o aludido despacho.-----

A câmara municipal deliberou, com cinco votos a favor ratificar o despacho anexo.-----

Abstiveram-se os senhores vereadores edis eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.CDS-PP.-----

No momento da discussão da proposta que antecede, interveio a senhora vereadora Dra. Andreia Neto, que disse, em síntese, o seguinte:-----

“Os vereadores edis eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD-CDS-PP irão abster-se em virtude de não terem acompanhado o processo de concessão de abastecimento de água ao concelho de Santo Tirso, dado só terem tomado posse em outubro do corrente ano.-----



No entanto, consideram que o tarifário a vigorar em dois mil e dezoito fica aquém do que

Reunião : ORDINÁRIA

seria exigível para a população do concelho de Santo Tirso”.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi efetuada a seguinte declaração de voto:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO
(Tarifário do serviço de água para 2018)



No ano de 2018, o executivo municipal continuará a comparticipar o pagamento da fatura da água aos utilizadores do concelho de Santo Tirso, no que respeita especificamente às tarifas variáveis, no 1.º, 2.º, 3.º e 4.º escalão doméstico, bem como, no que respeita aos utilizadores não domésticos e empresas.

A comparticipação do Município de Santo Tirso será, em 2018, de **um máximo de desconto de 15% para o 1.º e 2.º escalão, e de um mínimo de desconto de 5% para o 4.º escalão e não-domésticos, incluindo empresas.**

Comprometido com uma política de alívio dos orçamentos dos agregados familiares, por via de um “pacote” de medidas de natureza social, o executivo municipal desenvolveu negociações com a INDAQUA no sentido de desonerar as famílias do concelho com a fatura da água.

Fruto do diálogo estabelecido com a concessionária que gere e explora a rede de abastecimento de água pública no Município, o executivo municipal conseguiu estabelecer um acordo que prevê uma comparticipação da tarifa variável entre os 15% e 5%, com efeitos objetivos para a “carteira” dos munícipes do concelho.

No total, o Município de Santo Tirso vai assumir um compromisso financeiro de mais de 245 mil euros/ano, para salvaguardar os interesses da população e das empresas do concelho de Santo Tirso.

Esta é mais uma medida de apoio às famílias e empresas, fazendo de Santo Tirso líder nesta área, possuindo um vasto leque de amortecedores sociais, destacando-se, em larga medida, dos restantes municípios da região Norte.

Não por acaso, Santo Tirso foi nomeado Município Amigo das Famílias, uma distinção recentemente atribuída pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis a câmaras com fortes medidas de apoio às famílias, sendo o único concelho da Área Metropolitana do Porto a ser distinguido nesta área.

Neste sentido, mais de 60 por cento do nosso orçamento municipal tem sido destinado à coesão social e isso reflete-se nas dezenas de medidas que temos no terreno.

Entre as medidas constam as vacinas gratuitas (rotateq ou rotarix) para os recém-nascidos; aulas de ginástica gratuitas em todas as freguesias para maiores de 60 anos (Santo Tirso Ativo); atividades gratuitas nas férias escolares para os alunos do 1º ciclo e das unidades de multideficiência (programa Mimar); transportes e refeições escolares; subsídio municipal ao arrendamento; bolsas de estudo para alunos do Ensino Superior; consultas de psico-oncologia gratuitas para doentes e familiares; descida de impostos como o IML, com benefícios para famílias com dependentes a cargo; e atividades culturais gratuitas.

Decorrem, ainda, negociações com a INDAQUA para a entrada em vigor do tarifário social, por forma a dar resposta aos agregados familiares socialmente vulneráveis, à semelhança do que já acontece com o serviço municipal de recolha, transporte e tratamento do lixo, de recolha, transporte e tratamento dos esgotos, e ainda do tarifário para famílias numerosas.

Por fim, referir que este executivo continua a trabalhar, juntamente com a INDAQUA, Juntas de Freguesias, entre outros organismos e entidades, para a sensibilização da ligação à rede de água pública de cerca de 5700 potenciais clientes. A concretização destas ligações terá um impacto significativo na redução do preço da água a pagar por utilizador.

Pelo exposto, os vereadores do PS votam favoravelmente o tarifário da água para o ano de 2018.

Santo Tirso, 28 de dezembro de 2018

DESPACHO

Atualização do tarifário do serviço de abastecimento de água no ano de 2018

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do artº 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e com fundamento na informação de 15 do corrente mês de dezembro, do Gabinete de Direção Municipal, registada com o nº 12340, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação do presente despacho, decido, aprovar a minuta de Protocolo a celebrar entre os municípios de Santo Tirso e da Trofa e a sociedade INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A., concessionária do serviço público municipal de abastecimento de água nos concelhos de Santo Tirso e da Trofa, que tem por objeto definir as regras da comparticipação dos municípios concedentes da faturação de consumos a efetuar a partir do dia 1 de janeiro de 2018, das tarifas variáveis relativas ao fornecimento de água, nas percentagens estabelecidas nas cláusulas terceira e quarta da minuta de Protocolo que se anexa ao presente despacho e dele fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo o anexo I do mesmo.

Da celebração do referido Protocolo resulta uma redução do tarifário de água a aplicar às tarifas variáveis relativamente ao tarifário que resultaria da atualização anual dos valores do tarifário, conforme previsto na cláusula 29ª do contrato de concessão.

O tarifário a aplicar no ano de 2018, em conformidade com o Protocolo a celebrar e cuja minuta fica anexa a este despacho, é o que consta do documento também anexo a este despacho (anexo II) e que expressamente aprovo.

O valor máximo da comparticipação do município no pagamento da faturação da água aos utilizadores do concelho de Santo Tirso é de 249 840,00 € (duzentos e quarenta e nove mil oitocentos e quarenta euros) e a respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 06020305.

O Protocolo será celebrado no início de 2018, após a respetiva cabimentação orçamental do valor anteriormente referido e registo do respetivo compromisso no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental.—

O presente despacho tem a seguinte fundamentação:-----

A aplicação do novo tarifário a partir de 1 de janeiro de 2018 deve ser obrigatoriamente publicitada nos termos previstos no nº 2 do artº 56º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;-----

Face ao período em curso, os avisos para publicitação nos jornais regionais editados na área do município têm que ser enviados com maior antecedência relativamente ao dia da saída dos jornais;-----

A próxima reunião ordinária da câmara municipal está agendada para o dia 28 do corrente mês de dezembro, sendo que, por razões de agenda dos senhores edis e também devido ao período em curso, é difícil a convocatória e realização de uma reunião extraordinária do referido órgão.-----

Face ao exposto profiro o presente despacho.-----

Remeta-se:

1. À Divisão Jurídica para promover as publicitações legalmente previstas relativamente ao tarifário;-----
2. Ao Gabinete de Direção Municipal para comunicar à INDAQUA;-----
3. À próxima reunião da câmara municipal para ratificação.-----

Santo Tirso, 19 de dezembro de 2017

O Presidente,



Joaquim Couto (Dr.)

ANEXO I

PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, MUNICÍPIO DA TROFA E INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA – GESTÃO DE ÁGUAS DE SANTO TIRSO E TROFA, S.A. - MINUTA

OUTORGANTES:

MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, pessoa coletiva territorial de direito público número 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, em Santo Tirso, neste ato representado pelo Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na Rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6.º Esq., da freguesia União das freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do 02731649 1ZY9, emitido pela República Portuguesa, válido até 14 de janeiro de 2020, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso e em representação do respetivo município, de aqui em diante designado por **MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO**,

MUNICÍPIO DA TROFA, pessoa coletiva territorial número 504 296 434, com sede na Rua das Indústrias, n.º 393, na Trofa, neste ato representado pelo Senhor Dr. Sérgio Humberto Pereira da Silva, solteiro, natural da freguesia de São Martinho de Bougado, concelho de Santo Tirso, atualmente, concelho da Trofa, residente na Rua Nossa Senhora da Assunção, n.º 252, na União das Freguesias de Bougado (São Martinho e Santiago), concelho da Trofa, portador do cartão de cidadão n.º 10650696 0ZZ3, emitido pela República Portuguesa, válido até 14 de setembro de 2017, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e em representação do respetivo município, de aqui em diante designado **MUNICÍPIO DA TROFA**,

INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA – GESTÃO DE ÁGUAS DE SANTO TIRSO E TROFA, S.A., pessoa coletiva número 504 745 727, com sede em Santo Tirso, na Rua Luís de Camões, n.º 49, União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, com o capital social de três milhões e quinhentos mil euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso sob o número 504 745 727, aqui representada por Dr. José Enrique Castiblanques Tena e Eng.º Pedro Emanuel Reis Perdigão, na qualidade de

Presidente do Conselho de Administração e Administrador, com poderes para o ato,
de ora em diante **INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA**.

CONSIDERANDO QUE:

- A) Por escritura pública outorgada em vinte e oito de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, o **MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO** e a Concessionária celebraram o Contrato de Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Abastecimento de Água no Concelho de Santo Tirso (de ora em diante designado por "Contrato de Concessão" ou, simplesmente, "Concessão");
- B) Nos termos do Contrato de Concessão, foi atribuído à Concessionária o exclusivo da exploração do serviço público de abastecimento de água na Área de Intervenção da Concessão, correspondente às seguintes freguesias do Concelho de Santo Tirso: Alvarelhos, Areias, Vila das Aves, Bougado (Santiago), Bougado (S. Martinho), Burgães, Campo (S. Martinho), Coronado (S. Mamede), Coronado (S. Romão), Couto (Santa Cristina), Couto (S. Miguel), Covelas, Guidões, Lama, Muro (S. Cristóvão), Negrelos (S. Mamede), Negrelos (S. Tomé), Palmeira, Rebordões, Roriz, Santo Tirso, S. Salvador do Campo, Sequeirô e Vilarinho;
- C) Através da Lei n.º 83/98, de 14 de dezembro, foi criado o **MUNICÍPIO DA TROFA**, cuja área territorial passou a abranger as freguesias de São Mamede do Coronado, São Martinho do Bougado, Covelas, São Cristóvão do Muro, Alvarelhos, Guidões, São Romão do Coronado e Santiago do Bougado;
- D) Por escritura pública outorgada em vinte e cinco de novembro de dois mil e três, foi outorgada a primeira alteração ao Contrato de Concessão, nos termos da qual o **MUNICÍPIO DA TROFA** passou a ser parte do Contrato de Concessão, figurando, conjuntamente, com o **MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO**, como concedente, e exercendo, conjuntamente, com aquele município, todos os direitos e obrigações para os mesmos decorrentes do Contrato de Concessão;
- E) É pretensão dos municípios outorgantes colaborar com a **INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA**, em ações de sensibilização a desenvolver conjuntamente, com o objetivo de potenciais utilizadores procederem à ligação da sua rede predial à rede pública que se encontra disponível, com ramais de abastecimento de água construídos e aptos a funcionar, e celebrarem, subsequentemente, o contrato de utilização com a concessionária;

- F) Tal facto constitui uma realidade preocupante do ponto de vista da saúde pública, uma vez que a água da rede pública, que se encontra disponível, é a única que, comprovadamente, reúne condições e características adequadas ao consumo humano;
- G) Com vista a dar cumprimento a tais princípios, as Partes celebraram a 26 de abril de 2017 um Protocolo que determinou as regras de comparticipação financeira nas tarifas variáveis do fornecimento de água.
- H) Com o objetivo de dar continuidade ao incentivo de novas contratualizações, no âmbito do protocolo celebrado a vinte e seis de abril do ano dois mil e dezassete, os municípios outorgantes propõem-se assumir uma comparticipação financeira nas tarifas variáveis do fornecimento de água, nos termos estabelecidos nas Cláusulas Terceira e Quarta infra.
- I) Serão obtidos todos os Pareceres e vistos considerados necessários, inerentes à celebração do presente Protocolo.

É mutuamente aceite e reciprocamente acordado o presente Protocolo, de que os considerandos anteriores fazem parte integrante, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Definições e Interpretação

1. Salvo quando do contexto claramente decorrer sentido diverso, os termos e expressões que no presente Protocolo, incluindo os respetivos Considerandos se iniciarem por letra maiúscula, independentemente de serem utilizados no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído na Cláusula 1ª do Contrato de Concessão.
2. Salvo quando do contexto resulte de outro modo, qualquer referência feita no presente Protocolo a uma disposição legal ou contratual inclui as alterações que a mesma tiver sido e/ou vier a ser sujeita.
3. No presente Protocolo, e salvo quando de outro modo indicado, as referências feitas a Cláusulas ou números respeitam a Cláusulas ou números deste Protocolo.
4. Os Anexos do presente Protocolo fazem parte integrante do mesmo para todos os efeitos legais e contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA

Objeto

1. Pelo presente protocolo, por solicitação do MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO e do MUNICÍPIO DA TROFA, os outorgantes acordam, que a faturação de consumos a efetuar a partir do dia 01 de janeiro de 2018, serão comparticipados diretamente pelos referidos municípios aos Utilizadores, as tarifas variáveis relativas ao fornecimento de água, nas percentagens estabelecidas nas Cláusulas Terceira e Quarta, respetivamente.
2. As partes outorgantes comprometem-se a encetar iniciativas conjuntas com vista a obter junto dos Municípios a sensibilização para a questão da obrigação de ligação da rede predial ao respetivo sistema público, atentas as questões de saúde pública envolvidas.

CLÁUSULA TERCEIRA

Comparticipação do MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO




1. O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, a partir de 01 de janeiro de 2018 até 26 de dezembro de 2018, irá proceder a uma comparticipação no pagamento da fatura da água aos Utilizadores do Concelho de Santo Tirso, no que respeita especificamente às Tarifas Variáveis, no 1.º, 2.º, 3.º e 4.º escalão Doméstico, bem como, no que respeita aos Utilizadores Não Domésticos.
2. A comparticipação do MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO será, em 2018, face à tarifa aprovada para 2018, a seguinte:
 - a) Tarifa Variável – Utilizadores Domésticos
 - i. 1.º e 2.º Escalões – comparticipação de 15% (quinze por cento) da Tarifa Variável faturada ao Utilizador;
 - ii. 3.º Escalão – comparticipação de 11% (onze por cento) da Tarifa Variável faturada ao Utilizador;
 - iii. 4.º Escalão – comparticipação de 5% (cinco por cento) da Tarifa Variável faturada ao Utilizador;
 - b) Tarifa Variável - Utilizadores Não Domésticos (com exclusão expressa dos utilizadores Estado, Administração Central, Obras, Água Avulso e ligações Provisórias) - Comparticipação de 5% (cinco por cento) da Tarifa Variável faturada ao Utilizador;
 - c) Tarifa Variável – Utilizadores Autarquias e Instituições – Comparticipação de 5% (cinco por cento) da Tarifa Variável faturada ao Utilizador.

- 21
3. O valor previsto da comparticipação do MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, para o ano de 2018, é o que consta do anexo I, o qual faz parte integrante do presente protocolo para todos os efeitos legais.
4. O valor máximo a comparticipar pelo MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO está limitado ao montante anual de 246 260,00 €, devendo as partes, atingido o valor aqui referido envidar os todos os esforços necessários para rever o presente Protocolo, no que respeita aos seus termos, condições e entrada em vigor desta revisão.
5. O valor da comparticipação do MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO a cada um dos Utilizadores do mesmo Concelho será feito por crédito na respetiva fatura emitida pela INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA.
6. A INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA informará mensalmente, até ao dia 15 (quinze) do mês seguinte àquele a que respeita a prestação de serviço, do valor total comparticipado pelo MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.
7. O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO procederá mensalmente, até ao final do mês seguinte àquele a que respeita a prestação de serviço, à transferência para a INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA do valor total da comparticipação informada nos termos do número anterior.
8. O valor da comparticipação mensal a efetuar pelo MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO será o valor do crédito constante da faturação aos Utilizadores.
9. No que respeita especificamente à faturação do mês de dezembro de 2018, a INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA informará o Município de Santo Tirso, até ao dia 27 de dezembro, do valor total comparticipado pelo Município, o qual será pago até ao final do mês de dezembro de 2018.
10. As tarifas variáveis correspondentes à faturação no período de 27 a 31 de dezembro de 2017, serão objeto de comparticipação do Município de Santo Tirso, nas mesmas percentagens do protocolo celebrado entre os municípios concedentes e a INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA em 26 de abril de 2017, estimando-se que a respetiva comparticipação financeira corresponda ao montante de 3 580,00 €. O valor efetivo será liquidado até final do mês de janeiro de 2018.

CLÁUSULA QUARTA

Comparticipação do MUNICÍPIO DA TROFA

1. O MUNICÍPIO DA TROFA, a partir de 01 de janeiro de 2018, até 26 de dezembro de 2018, irá proceder a uma comparticipação no pagamento da fatura da água aos Utilizadores do Concelho da Trofa, no que respeita especificamente às Tarifas Variáveis, no 1.º, 2.º, 3.º e 4.º escalão Doméstico, bem como, no que respeita aos Utilizadores Não Domésticos e Utilizadores Autarquias e Instituições.

- 
- 
- 
2. A comparticipação do MUNICÍPIO DA TROFA será, em 2018, face á tarifa aprovada para 2018, a seguinte:
- a. Tarifa Variável – Utilizadores Domésticos
 - i. 1.º, 2.º, 3.º Escalões – comparticipação de 15% (quinze por cento) da Tarifa Variável faturada ao Utilizador;
 - ii. 4.º Escalão – Comparticipação de 3% (três por cento) da Tarifa Variável faturada ao Utilizador;
 - b. Tarifa Variável - Utilizadores Não Domésticos (com exclusão expressa dos utilizadores Estado, Administração Central, Obras, Água Avulso e ligações Provisórias) - Comparticipação de 5% (cinco por cento) da Tarifa Variável faturada ao Utilizador;
 - c. Tarifa Variável – Utilizadores Autarquias e Instituições (com exclusão expressa dos utilizadores Autarquias) – Comparticipação de 15% (quinze por cento) da Tarifa Variável faturada ao Utilizador.
3. O valor previsto da comparticipação do MUNICÍPIO DA TROFA, para o ano de 2018, é o que consta do anexo I, o qual faz parte integrante do presente acordo para todos os efeitos legais.
4. O valor máximo a comparticipar pelo MUNICÍPIO DA TROFA está limitado ao montante anual de 161 692,00 €, devendo as partes, atingido o valor aqui referido envidar os todos os esforços necessários para rever o presente Protocolo, no que respeita aos seus termos, condições e entrada em vigor desta revisão.
5. O valor da comparticipação do MUNICÍPIO DA TROFA a cada um dos Utilizadores do mesmo Concelho será feito por crédito na respetiva fatura emitida pela INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA.
6. A INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA informará mensalmente, até ao dia 15 (quinze) do mês seguinte àquele a que respeita a prestação de serviço, do valor total a comparticipar pelo MUNICÍPIO DA TROFA.
7. O MUNICÍPIO DA TROFA procederá mensalmente, até ao final do mês seguinte àquele a que respeita a prestação de serviço, à transferência para a INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA do valor total da comparticipação informada nos termos do número anterior.
8. O valor da comparticipação mensal a efetuar pelo MUNICÍPIO DA TROFA será o valor do crédito constante da faturação aos Utilizadores.
9. No que respeita especificamente à faturação do mês de dezembro de 2018, a INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA informará o Município da Trofa, até ao dia 27 de dezembro, do valor total participado pelo Município, o qual será pago até ao final do mês de dezembro de 2018.

10. As tarifas variáveis correspondentes à faturação no período de 27 a 31 de dezembro de 2017, será objeto de comparticipação do Município da Trofa, nas mesmas percentagens do protocolo celebrado entre os municípios concedentes e a INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA em 26 de abril de 2017, estimando-se que a respetiva comparticipação financeira corresponda ao montante 2 424,12 €. O valor efetivo será liquidado até final do mês de janeiro de 2018.

CLÁUSULA QUINTA

Tarifário Base

O valor das comparticipações referidas nas cláusulas anteriores, assumidas pelos municípios outorgantes, incidirão sobre o Tarifário Contratual de 2018, o qual constitui o Anexo II do presente Protocolo.

CLÁUSULA SEXTA

Incumprimento

1. Caso o valor da comparticipação não seja efetuado pelos municípios outorgantes no prazo estabelecido nos números 7 das Cláusulas Terceira e Quarta do presente Protocolo, a INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA efetuará nova notificação, fixando novo prazo para regularização do débito.
2. Findo o prazo fixado pela INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA, sem que o Município incumpridor tenha transferido o valor total da comparticipação, efetuada aos utilizadores, a aplicação do presente Protocolo será suspensa até regularização do incumprimento por parte do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA

Prazo

1. O presente Protocolo entra em vigor no dia 01 de janeiro de 2018, abrangendo todos os consumos faturados e estimados durante o mês de janeiro, até 26 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes.
2. O presente protocolo abrange ainda os consumos faturados e estimados no período de 27 a 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA OITAVA

Interpretação e Aplicação

- 24
1. O presente Protocolo constitui a totalidade do acordo entre os Outorgantes sobre a matéria nele regulada e prevalece sobre quaisquer outras declarações ou acordos anteriores à sua assinatura, constantes ou não de documento escrito.
2. Quaisquer alterações ou aditamentos ao presente Protocolo só poderão ser efetuados por acordo escrito, assinado pelos Outorgantes, que será anexado a este Protocolo.
3. Para efeitos de interpretação do presente Protocolo, serão tidos em conta os seguintes critérios:
- a) Em primeiro lugar o estabelecido no presente Protocolo;
 - b) Em segundo lugar, as regras estabelecidas no Contrato de Concessão e respectivos Anexos.
4. Para efeitos de resolução de divergências sobre interpretação e integração de lacunas, será aplicável o disposto no Contrato de Concessão.

CLÁUSULA NONA

Comunicações

Salvo estipulação concreta e pontual em contrário, mediante acordo escrito entre as Partes, todas as comunicações e informações estipuladas no presente Protocolo serão efetuadas nos termos estabelecidos no Contrato de Concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA

Foro competente

Para todas as questões decorrentes do presente Protocolo será competente o foro estabelecido no Contrato de Concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Cabimentação Orçamental

O encargo do MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO resultante da celebração do presente Protocolo será satisfeito pela classificação orçamental ____, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento nº ____, de ____ de ____.

O compromisso assumido pelo MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO com a celebração do presente Protocolo, está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, conforme documento nº ____, de ____ de ____.



O encargo do MUNICÍPIO DA TROFA resultante da celebração do presente Protocolo será satisfeito pela classificação orçamental ____, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento nº ____, de ____ de _____. O compromisso assumido pelo MUNICÍPIO DA TROFA com a celebração do presente Protocolo, está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, conforme documento nº ____, de ____ de _____.

O presente Protocolo foi aprovado por despacho do Presidente da Câmara Municipal datado de ____, proferido ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, ratificado por deliberação da Câmara Municipal de Santo Tirso de ____ (item ____ da respetiva ata), e foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal da Trofa de _____ (item ____ da respetiva ata).

O presente protocolo é composto por ____ páginas, e foi impresso em triplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Santo Tirso, ____ de dezembro de 2017

Pelo MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO,



Pelo MUNICÍPIO DA TROFA,

Pela INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA

Anexo I – Estimativa do valor a compartilhar pelos municípios

Tarifa	Tarifa 2018 (€/m³)	Comp. CMST		Comp. CMT Trofa		Comparticipação CM de janeiro a dezembro de 2018			
		%	Comp. (€/m³)	%	Comp. (€/m³)	Santo Tirso (61%)	Trofa (39%)	Total	Q.td
Tarifa Variável de água - Uso Doméstico - 1º Escalão (€/m³)	0,9945	15	0,1492	15	0,1492	87 599 €	56 006 €	143 605 €	962 664
Tarifa Variável de água - Uso Doméstico - 2º Escalão (€/m³)	1,6132	15	0,2420	15	0,2420	97 318 €	62 219 €	159 537 €	659 298
Tarifa Variável de água - Uso Doméstico - 3º Escalão (€/m³)	3,2383	11	0,3562	15	0,4857	15 682 €	13 672 €	29 353 €	72 169
Tarifa Variável de água - Uso Doméstico - 4º Escalão (€/m³)	4,5140	5	0,2257	3	0,1354	2 317 €	889 €	3 205 €	16 826
Tarifa Variável de água - Comércio (€/m³)	3,2383	5	0,1619	5	0,1619	27 278 €	17 440 €	44 718 €	276 183
Tarifa Variável de água - Indústria (€/m³)	3,2383	5	0,1619	5	0,1619	6 674 €	4 267 €	10 941 €	67 573
Tarifa Variável de água - Estado /Administração Central (€/m³)	3,2383	0	0,0000	0	0,0000	0 €	0 €	0 €	67 720
Tarifa Variável de água - Autarquias/Administração Local (€/m³)	1,3991	5	0,0700	0	0,0000	5 640 €	0 €	5 640 €	132 161
Tarifa Variável de água - Instituições Utilidade Pública (€/m³)	1,3991	5	0,0700	15	0,2099	3 753 €	7 199 €	10 952 €	87 955
Tarifa Variável de água - Obras (€/m³)	3,2383	0	0,0000	0	0,0000	0 €	0 €	0 €	36 614
Tarifa Variável de água- Água avulso Ilícitos (€/m³)	5,1547	0	0,0000	0	0,0000	0 €	0 €	0 €	0
Tarifa Variável de água- Água avulso (€/m³)	5,1547	0	0,0000	0	0,0000	0 €	0 €	0 €	0
Tarifa Variável de água- Ligações Provisórias (€/m³)	3,2383	0	0,0000	0	0,0000	0 €	0 €	0 €	0
Totais						246 260 €	161 692 €	407 952 €	2 379 162

26

Anexo II – Tarifário Contratual para o Ano 2018

TARIFÁRIO PARA 2018

a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2018



INDAQUA
S.A. SANEAMENTO DE LISBOA

TARIFAS FIXAS (/30 dias) (Valores sujeitos a IVA à taxa legal em vigor)		diâmetro (mm)	euros/30 dias
Utilizadores Domésticos		Diâmetro até 25 mm (≤25mm)	8,9684
		Diâmetro entre 25 e 30 mm (>25 e ≤30mm)	36,2052
		Diâmetro entre 30 e 50 mm (>30 e ≤50 mm)	72,3982
		Diâmetro entre 50 e 100 mm (>50 e ≤100 mm)	99,7826
Utilizadores não Domésticos*		Diâmetro até 20 mm (≤20mm)	10,8629
		Diâmetro entre 20 e 30 mm (>20 e ≤30mm)	36,2052
		Diâmetro entre 30 e 50 mm (>30 e ≤50 mm)	72,3982
		Diâmetro entre 50 e 100 mm (>50 e ≤100 mm)	99,7826
		Diâmetro entre 100 e 300 mm (>100 e ≤300 mm)	144,7963
		Diâmetro acima de 300 mm (>300 mm)	289,5801
TARIFAS VARIÁVEIS (/m³) (Valores sujeitos a IVA à taxa legal em vigor)		Escalões (m³/30 dias)	euros/m³
Utilizadores Domésticos		1º Escalão - 0 a 5 m³	0,9945
		2º Escalão - 6 a 15 m³	1,6132
		3º Escalão - 16 a 25 m³	3,2383
		4º Escalão - superior a 25 m³	4,5140
Utilizadores não domésticos		Escalão Único	3,2383
Autarquias e Instituições		Escalão Único	1,3991
Grandes Utilizadores		1º Escalão - 0 a 1.500 m³	3,2383
		2º Escalão - 1.500 a 3.000 m³	1,4061
		3º Escalão - 3.000 a 10.000 m³	1,1172
		4º Escalão - 10.000 a 30.000 m³	0,8907
		5º Escalão - superior a 30.000 m³	a definir caso a caso
TARIFAS DE SERVIÇOS AUXILIARES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (Valores sujeitos a IVA à taxa legal em vigor)			euros
Encargos com aviso de corte			custo com envio do aviso registado
Incumprimento de prazo de pagamento (valor isento de IVA)			4,2074
Suspensão e reinício da ligação por incumprimento do utilizador			72,3982
Suspensão da ligação a pedido do utilizador			50,6727
Verificação do contador a pedido do utilizador**			72,3982
Ligação para fornecimentos provisórios			mediante orçamento
Abertura e fecho de água a pedido do utilizador			57,9186
Leitura extraordinária a pedido do utilizador			14,4797
Análise de projectos de obras particulares - emissão de parecer			115,8370
Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização			94,1239
Vistoria a sistema predial de águas a pedido do utilizador			144,7963
Água à vólvo - por metro cúbico (IVA taxa reduzida - 6%)			5,1547
Mudança de local do contador (quando o contador já está no limite da propriedade)			mediante orçamento
Mudança de local do contador de dentro da habitação para o limite da propriedade (colocação da caixa do contador a cargo do consumidor)			gratuito
RAMAIS DOMICILIÁRIOS (Valores sujeitos a IVA à taxa legal em vigor)			euros / metro
Acima de 20 metros de extensão, por metro adicional			72,3982
Ramais da responsabilidade de terceiros			mediante orçamento
Alteração de ramal			mediante orçamento
CAUÇÕES (Valores isentos de IVA)			euros
Caução para religação após incumprimento ***			4 x Cmm****
Caução para utilizadores não domésticos			169,3833
Caução para ligações provisórias			282,3055

** apenas em caso de restabelecimento e desde que o consumidor opte por não pagar por transferência bancária

*** Cmm - Encargo com o consumo médio mensal do cliente, ou de cliente com idêntica tipologia, registado nos últimos 12 meses (Despacho n.º 4186/2000 - 2.ª série).

Nota1: Serão imputados aos utilizadores em mora, os custos relativos aos encargos decorrentes do envio, por correio registado, do aviso prévio de suspensão do Serviço.

Nota 2: Será imputada aos utilizadores a Taxa de Recursos Hídricos (TRH), regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de Junho, tendo ainda sido objeto do Despacho n.º 484/2009 do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado na 2.ª série do Diário da República, de 9 de janeiro de 2009.

TARIFÁRIO PARA 2018


INDAQUA
 SANTA TERSA | TROFA

a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2018

TARIFAS FIXAS (/30 dias) (Valores sujeitos a IVA à taxa legal em vigor)		diâmetro (mm)	euros/30 dias
Utilizadores Domésticos	Diâmetro até 25 mm (≤25mm)		8,9684
	Diâmetro entre 25 e 30 mm (>25 e ≤30mm)		36,2052
	Diâmetro entre 30 e 50 mm (>30 e ≤50 mm)		72,3982
	Diâmetro entre 50 e 100 mm (>50 e ≤100 mm)		99,7826
	Utilizadores não Domésticos *	Diâmetro até 20 mm (≤20mm)	10,8629
	Diâmetro entre 20 e 30 mm (>20 e ≤30mm)	36,2052	
	Diâmetro entre 30 e 50 mm (>30 e ≤50 mm)	72,3982	
	Diâmetro entre 50 e 100 mm (>50 e ≤100 mm)	99,7826	
	Diâmetro entre 100 e 300 mm (>100 e ≤300 mm)	144,7963	
	Diâmetro acima de 300 mm (>300 mm)	289,5801	
TARIFAS VARIÁVEIS (/m³) (Valores sujeitos a IVA à taxa legal em vigor)		Escalões (m³/30 dias)	euros/m³
Utilizadores Domésticos	1º Escalão - 0 a 5 m³		0,8453
	2º Escalão - 6 a 15 m³		1,3712
	3º Escalão - 16 a 25 m³		2,8821
	4º Escalão - superior a 25 m³		4,2883
Utilizadores não domésticos	Escalão Único		3,2383
Comércio e Indústria	Escalão Único		3,0764
Estado/Administração Central	Escalão Único		3,2383
Autarquias/Administração Local	Escalão Único		1,3219
Instituições de Utilidade Pública	Escalão Único		1,3219
Grandes Utilizadores	1º Escalão - 0 a 1.500 m³		3,2383
	2º Escalão - 1.500 a 3.000 m³		1,4061
	3º Escalão - 3.000 a 10.000 m³		1,1172
	4º Escalão - 10.000 a 30.000 m³		0,8907
	5º Escalão - superior a 30.000 m³		a definir caso a caso
TARIFAS DE SERVIÇOS AUXILIARES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (Valores sujeitos a IVA à taxa legal em vigor)			euros
Encargos com aviso de corte			custo com envio do aviso registado
Incumprimento de prazo de pagamento (valor isento de IVA)			4,2074
Suspensão e reinício da ligação por incumprimento do utilizador			72,3982
Suspensão da ligação a pedido do utilizador			50,6727
Verificação do contador a pedido do utilizador**			72,3982
Ligação para fornecimentos provisórios			mediante orçamento
Abertura e fecho de água a pedido do utilizador			57,9186
Leitura extraordinária a pedido do utilizador			14,4797
Análise de projectos de obras particulares - emissão de parecer			115,8370
Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização			94,1239
Vistoria a sistema predial de águas a pedido do utilizador			144,7963
Água avulso - por metro cúbico (IVA taxa reduzida - 6%)			5,1547
Mudança de local do contador (quando o contador já está no limite da propriedade)			mediante orçamento
Mudança de local do contador de dentro da habitação para o limite da propriedade (colocação da caixa do contador a cargo do consumidor)			gratuito
RAMAIS DOMICILIÁRIOS (Valores sujeitos a IVA à taxa legal em vigor)			euros / metro
Acima de 20 metros de extensão, por metro adicional			72,3982
Ramais da responsabilidade de terceiros			mediante orçamento
Alteração de ramal			mediante orçamento
CAUÇÕES (Valores isentos de IVA)			euros
Caução para religação após incumprimento ***			4 x Cmm****
Caução para utilizadores não domésticos			169,3833
Caução para ligações provisórias			282,3055

* inclui Autarquias e Instituições

** apenas em caso de restabelecimento e desde que o consumidor opte por não pagar por transferência bancária

*** Cmm - Encargo com o consumo médio mensal do cliente, ou de cliente com idêntica tipologia, registado nos últimos 12 meses (Despacho n.º 4186/2000 - 2.ª série).

Nota1: Serão imputados aos utilizadores em mora, os custos relativos aos encargos decorrentes do envio, por correio registado, do aviso prévio de suspensão do Serviço.

Nota 2: Será imputada aos utilizadores a Taxa de Recursos Hídricos (TRH), regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, tendo ainda sido objeto do Despacho n.º 484/2009 do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado na 2.ª série do Diário da República, de 9 de janeiro de 2009.

6. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO EDIFÍCIO E TERRENOS DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SANTO TIRSO, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A IP PATRIMÓNIO – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A.-----

Presente informação da Divisão de Mobilidade e Transportes, de vinte do corrente mês de dezembro, registada com o número doze mil quinhentos e sessenta e um, a remeter minuta de contrato de subconcessão a celebrar com a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A., que tem por objeto o direito do município utilizar, por sua conta e risco, os bens do domínio público ferroviário descritos na cláusula primeira daquela minuta, relativamente ao edifício de passageiros, instalações e terrenos envolventes da estação ferroviária de Santo Tirso, da linha de Guimarães, para instalação de serviços municipais, associações locais, culturais e recreativas sem caráter comercial, tudo nos demais termos que constam da aludida minuta, da qual se anexa cópia à presente ata, constituindo o anexo I da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

O contrato apenas produzirá efeitos a partir do ano de dois mil e dezoito, sendo que a contrapartida devida pelo município prevista na cláusula terceira será satisfeita pela rubrica com a classificação económica 020204.-----

No início do ano económico de dois mil e dezoito será efetuada a respetiva cabimentação orçamental e o registo do compromisso no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, cujos números devem ficar a constar do contrato a celebrar.-----

Do contrato resultam compromissos plurianuais com o pagamento daquela renda, sendo que ação em causa (pagamento de rendas) está prevista no Plano de Atividades Municipal para dois mil e dezoito, aprovado pela assembleia municipal em catorze do corrente mês de dezembro, que autorizou igualmente a assunção de encargos plurianuais com ações previstas nos instrumentos previsionais aprovados.-----



O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar o aludido contrato de subconcessão, nos precisos termos da minuta anexa, cuja aprovação igualmente propõe, e submeter o contrato à próxima sessão da assembleia municipal para ratificação.-----

Após discussão, e votação nominal, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP foi efetuada a seguinte declaração de voto:-----

“Achamos vantajosos os contratos de subconcessão constantes do presente item e do item seguinte, tal como estão presentes nas respetivas minutas.-----

Reconhecemos que os edifícios e espaços envolventes encontram-se degradados e a necessitarem de manutenção.-----

Não obstante estar previsto no n.º 2 da cláusula primeira que a ocupação se restringe à instalação de serviços municipais, associações locais, culturais e recreativas sem carácter comercial, consideramos que será conveniente a exploração dos bares para apoio dos utentes das referidas estações”.-----




7. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO EDIFÍCIO DE PASSAGEIROS, PARQUE DE ESTACIONAMENTO E TERRENOS CONTÍGUOS À ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE VILA DAS AVES, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A IP PATRIMÓNIO – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A.-----

Presente informação da Divisão de Mobilidade e Transportes, de vinte do corrente mês de dezembro, registada com o número doze mil quinhentos e sessenta e um, a remeter minuta de contrato de subconcessão a celebrar com a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A., que tem por objeto o direito do município utilizar, por sua conta e risco, os bens do domínio público ferroviário descritos na cláusula primeira daquela minuta, relativamente ao edifício de passageiros, instalações e terrenos envolventes da estação ferroviária de Vila das Aves, da linha de Guimarães, para instalação de serviços municipais, associações locais, culturais e recreativas sem caráter comercial, tudo nos demais que termos constam da aludida minuta, da qual se anexa cópia à presente ata, constituindo o anexo II da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

O contrato apenas produzirá efeitos a partir do ano de dois mil e dezoito, sendo que a contrapartida devida pelo município prevista na cláusula terceira será satisfeita pela rubrica com a classificação económica 020204.-----

No início do ano económico de dois mil e dezoito será efetuada a respetiva cabimentação orçamental e o registo do compromisso no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, cujos números devem ficar a constar do contrato a celebrar.-----

Do contrato resultam compromissos plurianuais com o pagamento daquela renda, sendo que ação em causa (pagamento de rendas) está prevista no Plano de Atividades Municipal para dois mil e dezoito, aprovado pela assembleia municipal em catorze do corrente mês de dezembro, que autorizou igualmente a assunção de encargos plurianuais com ações previstas nos instrumentos

previsionais aprovados.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar o aludido contrato de subconcessão, nos precisos termos da minuta anexa, cuja aprovação igualmente propõe, e submeter o contrato à próxima sessão da assembleia municipal para ratificação.-----

Após discussão, e votação nominal, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP foi efetuada a seguinte declaração de voto:-----

“Que de facto, a Estação de Vila das Aves apresenta sinais sérios de abandono a que o IP – Património – Administração e Gestão Imobiliária S.A. tem sido negligente, apesar das insistências, designadamente, da junta de freguesia no sentido do seu tratamento.-----

Que apesar da junta de freguesia ter vindo a assegurar a limpeza dos espaços envolventes à estação, consideram que é vantajoso que a câmara municipal assuma a gestão desses espaços.-----

No entanto consideram essencial a exploração dos bares de apoio aos utentes da estação.

Reconhecem que é importante a câmara municipal dinamizar os referidos espaços e assegurar a utilização dos parques de estacionamento, das salas de espera e casas de banho.-----

Relativamente à linha, consideram que deverá ser alterada a entrada e saída dos passageiros, por questões de segurança”.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte declaração de voto, relativa aos itens seis e sete da presente ata:-----



DECLARAÇÃO DE VOTO

(Proposta de celebração de contrato de subconcessão de uso privativo do edifício e terrenos da estação ferroviária de Santo Tirso e Vila das Aves, a celebrar entre município de Santo Tirso e a IP Património - Administração e Gestão Imobiliária, S.A.)

Santo Tirso está a dar passos firmes para se tornar num território mais próspero, mais atrativo, mais inclusivo, promovendo igualmente a competitividade da economia e o desenvolvimento sustentável tendo como um dos principais objetivos devolver a cidade às pessoas.

Para o executivo municipal de maioria PS o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável e a Requalificação dos Edifícios e Espaços Públicos constitui um vetor importantíssimo na melhoria da qualidade de vida da população do Município, numa lógica de progresso e desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental.

A proposta de celebração de contrato de subconcessão de uso privativo dos edifícios e terrenos da estação ferroviária de Santo Tirso e Vila das Aves, a celebrar entre o município de Santo Tirso e a IP Património - Administração e Gestão Imobiliária, S.A, vem ao encontro da política de revitalização do espaço público atualmente em curso.

Com a celebração deste acordo, e a passagem da gestão da estação ferroviária de Santo Tirso e Vila das Aves para o Município, pretende-se dotar os espaços de uma nova vitalidade, tornando-os mais seguros e acolhedores. Em causa está a requalificação elétrica total, bem como a requalificação dos sanitários para utilização dos utentes da linha férrea Guimarães / Santo Tirso/ Porto permitindo assim a fruição de espaços até então abandonados e inaproveitados.

De salientar ainda a utilização dos terrenos da estação de Santo Tirso e a gestão municipal do parque de estacionamento, integrado no Plano de Mobilidade Sustentável. Este protocolo vai permitir a reorganização do estacionamento, incentivando a redução da utilização dos meios de transporte motorizados no centro da cidade, com a criação de mais bolsas de estacionamento.

O Município propõe ainda pôr a funcionar, na estação ferroviária de Santo Tirso, alguns serviços municipais de forma a fazer um melhor aproveitamento do edifício e a melhorar a segurança do espaço.

Pelo exposto, os eleitos pelo Partido Socialista votam favoravelmente a
Proposta de celebração de contrato de subconcessão de uso privativo do
edifício e terrenos da estação ferroviária de Santo Tirso, a celebrar entre
município de Santo Tirso e a IP Património - Administração e Gestão
Imobiliária, S.A.

Os eleitos pelo Partido Socialista
Santo Tirso, 28 de dezembro de 2017

8. REQUERIMENTO DE PAULA MARIA SAMPAIO DE CASTRO: PEDIDO DE ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DA LOJA Nº 21 DA CENTRAL DE CAMIONAGEM.-----

Presente requerimento de Paula Maria Sampaio de Castro, de vinte e três de novembro findo, registado com o número vinte e nove mil setecentos e sessenta e três, a solicitar a adjudicação do direito de ocupação da loja n.º 21 da Central de Camionagem para a atividade de “venda de gomas”.-----

O expediente vem informado pela Divisão de Mobilidade e Transportes, conforme informação de cinco do corrente mês de dezembro, registada com o número onze mil oitocentos e sessenta e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a finalidade pretendida pela requerente e negociar diretamente a adjudicação da loja com a interessada, pelo preço de adjudicação base de 50,00 € (cinquenta euros), ao qual acrescem as taxas mensais previstas no respetivo Regulamento.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

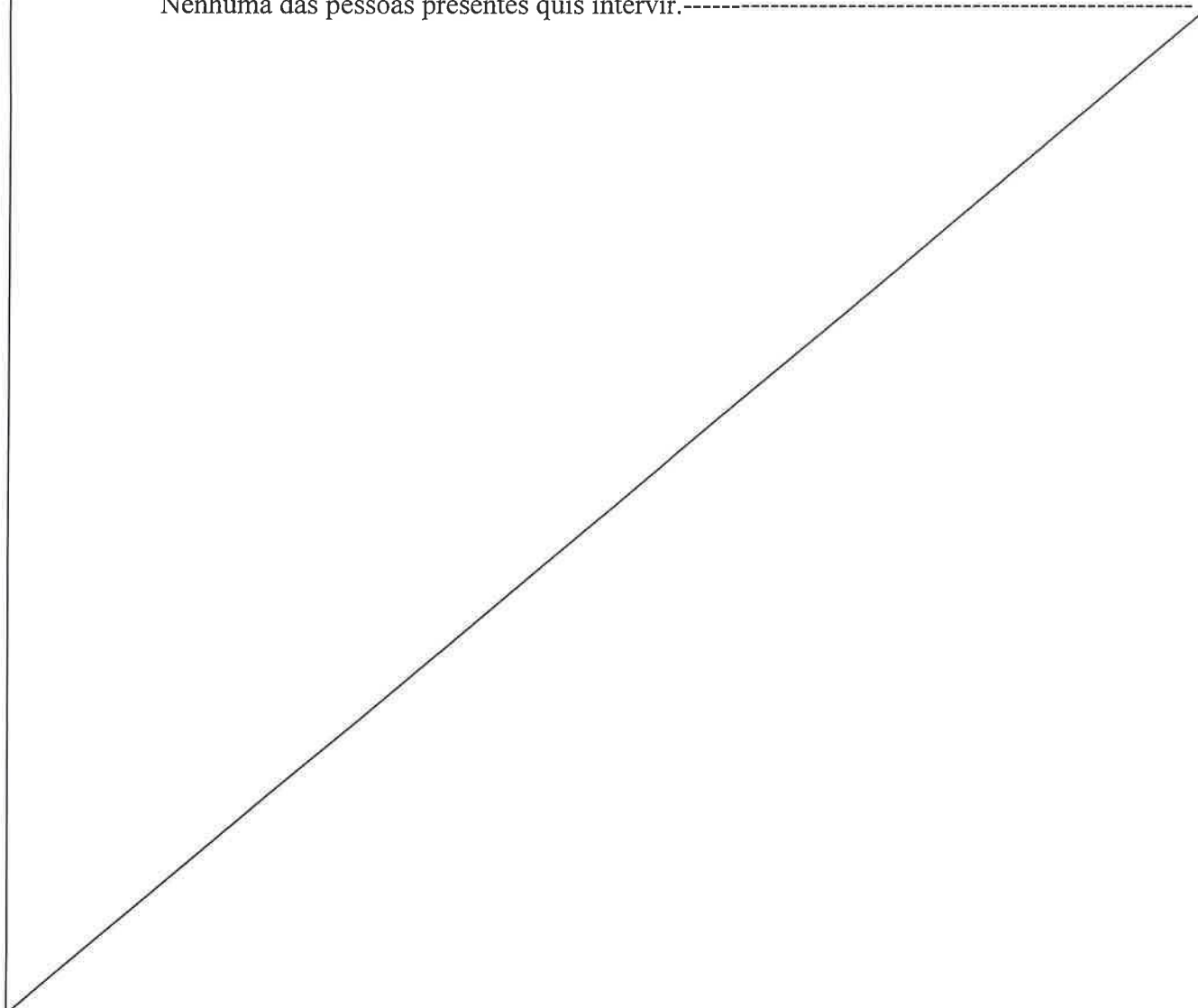


PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

Nenhuma das pessoas presentes quis intervir.-----





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Quinze horas e cinquenta e quatro minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem trinta e sete folhas e dois documentos anexos (anexo I, relativo ao item cinco e anexo II, relativo ao item seis), apenas utilizadas no anverso, que eu Jianc Paulc Feneirs Salgado

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 11 / 01 / 2018, conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas 01:10).-----

A Secretária, Jianc Paulc Feneirs Salgado